

ARTICULAÇÃO ENTRE PODER PÚBLICO E SOCIEDADE “REABRE” ILHA DO FOGO

Uma ação articulada entre o poder público e a sociedade civil resultou na liberação da Ilha do Fogo, no Rio São Francisco, para utilização de atividades de lazer e entretenimento. O local, divisa entre a Bahia e Pernambuco, encontrava-se sob intervenção do Exército Brasileiro, privando a população de usufruir do acesso ao Rio naquela área que há décadas vinha sendo utilizada para banho e outras formas de lazer dos ribeirinhos baianos e pernambucanos.

O deputado Yulo Oiticica (PT), procurado na época por representantes dos moradores, enviou diversos ofícios para o 7ª Divisão do Exército Brasileiro, para Secretaria de Patrimônio da União – SPU – PE, além de órgãos estaduais, em busca de uma resolução. O que contribui para na decisão do Exército, que vai retirar a classificação da Ilha de uso “restrito” das forças armadas, além da autorização para utilização do espaço, que contou com intervenção efetiva do governador Jacques Wagner, endossando o pleito.

“Feliz por esta definição, pois destaca a importância de uma ação conjunta em prol do povo. A intervenção é uma conquista para a garantia dos direitos dos povos que desfrutam a Ilha do Fogo. Além disso, os esforços da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão – PE) foram fundamentais neste processo, que possuem Projetos Turísticos Arquitetônicos voltados para uso Turístico e Cultural, a serem implantados na referida Ilha”, diz Yulo.

Histórico: Em 2012, enquanto membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia e líder da Bancada do PT, Yulo encaminhou ofício ao Ministério Público Federal, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados e o Conselho Nacional de Justiça solicitando intervenção para a garantia dos direitos dos povos que usam a Ilha do Fogo, além de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

